

O percurso formativo da Educação de Jovens e Adultos no Brasil: do passado ao presente, revisitando a nossa própria história

José Alex Trajano dos Santos¹

RESUMO

A questão do analfabetismo no Brasil é um problema que perpassou gerações, sociedades, governos, anos, décadas e até mesmo séculos, um caminho sofrido, galgado espinhosamente, um “moto contínuo” que se depara com o descaso por parte das autoridades competentes e constante ausência de políticas públicas assertivas. Ignoram-se os constantes requerimentos para investimento na educação e na cultura, quando tais autoridades deveriam cuidar com zelo e proatividade do assunto, mas, ao contrário, tratam como uma chaga, ou enfermidade e procuram atribuir essa responsabilidade a terceiros – muitas vezes até ao próprio analfabeto. Isso demanda uma busca incessante para se conseguir recursos por meio de iniciativas de grupos da sociedade civil, visando encontrar caminhos para a solução desse tão crucial problema de ordem política. O conteúdo deste estudo deixa claro que a educação é um fenômeno que se remodela e se adapta, inquestionavelmente, a cada geração, povo e sociedade e tem por objetivo investigar o processo formativo da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, bem como focar suas explanações nos complexos contextos sociais com que se deparou a referida modalidade educacional durante sua trajetória, nos vários períodos da história – desde a época dos jesuítas, até os dias atuais - e sua conquista como modalidade de ensino assegurada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/1996. A metodologia pautou-se em uma pesquisa bibliográfica com características descritivas, em que foram consultadas diversas fontes de literatura (artigos científicos, Leis, revistas online, sites acadêmicos) concernente ao tema e utilizados trabalhos publicados nos últimos 197 anos (entre 1824 e 2021), a fim de que fosse realizada uma análise crítica que abordasse, de forma elucidativa, a temática proposta.

Palavras-chave: Educação. Alfabetização de Jovens e Adultos. Campanhas Educacionais. Legislação. Movimento Brasileiro de Alfabetização.

El camino formativo de la Educación de Jóvenes y Adultos en Brasil: del pasado al presente, revisando nuestra propia historia

RESUMEN

El tema del analfabetismo en Brasil es un problema que ha atravesado generaciones, sociedades, gobiernos, años, décadas y hasta siglos, un camino que ha sufrido, subido espinoso, una “bicicleta continua” que enfrenta el abandono por parte de los competentes autoridades y ausencia constante de Políticas Públicas assertivas. Ignoranse las constantes exigencias de investimento en la educación y en la cultura que deberian cuidar con afinco y con propiedad del assunto, pero, al contrario, lo encuentran como una llaga, una enfermedad. y intentan atribuir esta responsabilidad a terceros - muchas veces incluso al mismo analfabeto. Esto demanda en una búsqueda incesante de obtener recursos a través de iniciativas de los grupos de la sociedad civil, con el objetivo de encontrar formas de solucionar este problema tan crucial de orden político. El contenido de este estudio deja claro que la educación es un fenómeno que indudablemente

¹ Doutor Honoris Causa em Educação (Centro Sarmathiano de Altos Estudos Filosóficos e Históricos/RJ). Especialista em Docência do Ensino Superior e Educação de Jovens e Adultos (Faculdade Venda Nova do Imigrante/FAVENI). Pedagogo (Centro Universitário Anhanguera de Santo André). Atualmente é presidente e professor alfabetizador da Associação Comunitária Educacional Cícera Tereza dos Santos. Membro do Conselho Municipal de Educação e Cultura de Mauá. Membro Fundador e atual Presidente da Academia Mauaense de Letras e Artes Paulo Freire/AMLAPF. Membro da Academia Internacional da União Cultural, titular da cadeira nº 80, cuja Patrona é a Professora Branca Alves de Lima. Comendador do Mérito Cívico e Cultural pela Sociedade Brasileira de Heráldica e Humanística. E-mail: alextrajano95@gmail.com.

se reconfigura y se adapta a cada generación, pueblo y sociedad y tiene como objetivo investigar el proceso formativo de la Educación de Jóvenes y Adultos en Brasil, así como enfocar sus explicaciones, los complejos contextos sociales que enfrentó esa educación durante su trayectoria, en los distintos períodos de la historia - desde la época de los jesuitas, hasta los días actuales- y su conquista con una modalidad de enseñanza asegurada por la Ley de Directrices y Bases de la Educación Nacional 9.394 / 1996. Se trae a colación la legislación vigente que se ocupa de esta modalidad. La metodología se basó en una búsqueda bibliográfica con características descriptivas, donde se consultaron varias fuentes de literatura (artículos científicos, Leyes, revistas en línea, sitios web académicos), con contenido relacionado con la temática y trabajos usados publicados en los últimos 197 años (entre 1824 y 2021), con el fin de realizar un análisis crítico que abordara, de manera elucidativa, el tema propuesto.

Palabras-clave: Educación. Alfabetización para jóvenes y adultos. Campañas educativas. Legislación. Movimiento Brasileño de Alfabetización.

1 REFLEXÕES INICIAIS

O presente estudo versa sobre o Percurso Formativo da Educação de Jovens e Adultos – EJA, no Brasil, que é hoje considerada uma modalidade de ensino, bem como as Campanhas Educacionais e a Legislação que a legitima e vem de um passado de lutas e conquistas da população brasileira. Dentre as Campanhas Educacionais criadas ao longo da história da EJA, destaca-se a Campanha de Educação para Adolescentes e Adultos (CEAA, 1947), a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER, 1952), a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA, 1958), a Mobilização contra o Analfabetismo (1962), o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL, 1967) - este com os ideais e ideologias da ditadura militar, período o qual se instalou no país de 1964 a 1985.

Um dos fatos históricos que marcaram as tentativas de alfabetização de jovens e adultos foi a alfabetização pelo rádio, que se iniciou em meados da década de 1930, pelas escolas radiofônicas, que contavam com o auxílio de professores-locutores. Para a época, foi um momento de grande avanço tecnológico e de muitas novidades. Destaca-se a figura de Roquette Pinto nesse processo, uma vez que ele foi um dos pioneiros no processo de difusão das rádios com cunho educativo no Brasil. Ele fundou a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, no ano de 1923, e a doou para o Ministério da Educação e Cultura (MEC) em meados da década de 1930. No ano de 1936, tornou-se oficial a alfabetização via rádio.

Em 1940, foi criado o Projeto Ribas Costa, que tinha como objetivo e finalidade a alfabetização para adultos. Na expectativa de melhorias na qualidade educacional, utilizando como principal instrumento de apoio, o rádio, no decorrer dos anos foram surgindo outros programas, com o objetivo de amenizar os altos e elevados índices de analfabetismo no Brasil.

Em 1961 foi criado o Movimento de Educação de Base (MEB), ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), tendo como idealizador Dom Eugênio Sales (1920-2012). O programa atuou de forma bem significativa nas regiões norte, nordeste e centro-oeste do País, por meio das escolas radiofônicas paroquiais.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, instalaram-se novamente as ideias e ideais da democracia preconizadas na referida lei. Sendo assim, no ano de 1989, foi criado o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA), embasado nas concepções de Paulo Freire, com os ideais de liberdade, autonomia e a valorização da bagagem cultural dos sujeitos envolvidos no processo de alfabetização, na busca de se ofertar uma educação de qualidade para todos, sem distinção de sexo, cor, raça ou etnia. O MOVA, a priori, só foi realizado na Cidade de São Paulo, onde Freire assumiu a função de Secretário Municipal de Educação, na gestão da então Prefeita Luiza Erundina e, mais tarde, adotado em outros estados e cidades brasileiras.

Na visão de Paulo Freire, o processo de alfabetização se dá após o indivíduo desenvolver a capacidade de realizar uma "leitura de mundo", que precede a leitura da palavra, e o diálogo é a peça chave para a construção do conhecimento e da partilha de saberes, uma vez que possibilita o rompimento da opressão, ocasionada pela ausência de tal prática. Sem isso, inviabiliza-se a autonomia e a criticidade, necessárias para que o educando possa desenvolver um bom posicionamento, que lhe possibilite questionar e responder com suficiência aos seus interlocutores.

As Campanhas Educacionais e os Movimentos Sociais contribuíram, de maneira efetiva e significativa, para tornar a Educação de Jovens e Adultos - enquanto Política Pública - uma modalidade de ensino para ofertar, àqueles que não tiveram oportunidade de estudar na idade própria, uma educação que os fizesse refletir e assumir uma postura questionadora, pesquisadora, com uma argumentação sólida, que tivessem consciência política e que fossem capazes de pôr e contrapor suas ideias e ideais, frente aos problemas surgidos no cotidiano, de maneira que viesse a ocorrer sua inserção social, tanto na sociedade quanto no mercado de trabalho. Assim, a partir da ideia de Educação Popular que emana e transcende do povo, de sua cultura, de seus saberes, de seus conhecimentos, de sua resistência, bravura e resiliência se oficializou o que é hoje chamado de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O presente estudo tem como objetivo investigar o processo formativo da EJA no Brasil. A metodologia pautou-se em uma pesquisa bibliográfica com características descritivas, na qual foram consultadas variadas fontes de literatura (artigos científicos, Leis, revistas *online*, sites acadêmicos, com conteúdos concernentes ao tema, utilizando-se de trabalhos publicados nos últimos 197 anos (entre 1824 e 2021), para a realização de uma análise crítica que abordasse a temática proposta.

Os referenciais teóricos utilizados serão: Andrelo e Mantovani (2010), Barreto (2005), Brasil (1824, 1879, 1890, 1891, 1934, 1956, 1959, 1962, 1971, 1988, 1990, 1996, 2000), Burini (2005), Ferraretto (2001), Freire (2001), Friedrich *et al* (2010), Haddad e Di Pierro (2000), Jornal Folha de São Paulo (1995), Jornal O Estado de São Paulo (2010), Oliveira (2017), Paiva (1973, 1987), Pereira (2006), Sauner (2002), Santos (2020), Strelhow (2010). A escolha desses autores se deu por serem os principais teóricos em questão do assunto tratado. Nas referências estarão os autores secundários, os quais completam os pensamentos dos principais autores supracitados.

2 RESULTADO DA DISCUSSÃO

2.1 Voltando ao passado para compreender o presente

“É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir! Esperançar é levar adiante, esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro modo...”. (FREIRE, 1992, s./p.).

Se quando criança, uma pessoa sofre por não aprender a ler e a escrever dentro de uma sala de aula, ver que os demais sabem ler e ela não deve ser torturante. Agora, imaginemos passarem anos, décadas e até mesmo uma vida, sem que se tenha acesso ao mundo da escrita e da leitura de maneira crítica e consciente. Infelizmente essa é uma realidade que fez e faz parte da vida de muitos brasileiros, que não tiveram a oportunidade de se escolarizar na idade própria, por diversos problemas que a vida lhes apresentou. Estima-se que no Brasil haja 11,3 milhões de analfabetos por inteiro, acima dos 15 anos, de acordo com dados do IBGE (2018). Visando a corrigir essa desigualdade social, no decorrer dos anos foram criadas Campanhas e ações de Alfabetização, destinadas para Jovens e Adultos.

Ao falarmos de Educação de Jovens e Adultos (EJA), falamos de Educação Popular (EP) do país, uma vez que se trabalha a cultura, a luta e as conquistas do seu povo no decorrer dos tempos que fizeram com que a EJA alcançasse dimensão política e legalidade, tornando-se uma modalidade de ensino, graças aos movimentos populares:

A Educação de Adultos, virando Educação Popular, tornou-se mais abrangente. Certos programas como alfabetização, educação de base em profissionalização ou em saúde primária são apenas uma parte do trabalho mais amplo que se sugere quando se fala em Educação Popular. Educadores e grupos populares descobriram que Educação Popular é sobretudo o processo permanente de refletir a militância; refletir, portanto, a sua capacidade de mobilizar em direção a objetivos próprios. (FREIRE, 2003, p.16, *apud* BARRETO, 2005, p.44-45).

Partindo desse pressuposto, não convém dicotomizar as manifestações de educação, pois juntas elas se completam e se constituem.

As primeiras manifestações e/ou tentativas de educação para jovens e adultos no Brasil, são registradas ainda na época do Brasil Colônia. Os responsáveis por tal ato foram os padres jesuítas, que assumiram a responsabilidade da educação no Brasil, por meio da instituição Companhia de Jesus, no ano de 1549, de maneira assistemática, que utilizavam a religiosidade para transferirem aos índios (crianças, jovens e adultos) ensinamentos através do processo de catequização:

Além de difundir o evangelho, tais educadores transmitiam normas de comportamento e ensinavam os ofícios necessários ao funcionamento da economia colonial, inicialmente aos indígenas e, posteriormente, aos escravos negros. Mais tarde, se encarregaram das escolas de humanidades para os colonizadores e seus filhos. (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p.109).

Após a Reforma Pombalina, as manifestações de EJA desapareceram, pois quando os jesuítas foram expulsos do Brasil, no ano de 1759, pelo Marquês de Pombal, o processo de catequização perdeu totalmente a sua forma e assim, a educação começou a ser aplicada em forma de classes. Assim, “As aulas régias (latim, grego, filosofia e retórica), ênfase da política pombalina, eram designadas especificamente aos filhos dos colonizadores portugueses (brancos e masculinos), excluindo-se assim as populações negras e indígenas.” (STRELHOW, 2010, p.51).

Nesse contexto, não são encontrados registros de que adultos daquela época tiveram a oportunidade de receber algum tipo de formação específica, que fugisse das atividades voltadas para o trabalho. É importante lembrar que foi ainda nesse período que a educação passou a ser elitizada, ou seja, uma educação à qual poucos tinham acesso, como apontam críticos da educação, dando ênfase para a desigualdade educacional e a criação de colégios particulares, privilegiando a burguesia.

Graças à primeira Constituição Imperial do Brasil, “Carta Magna”, criada sob a regência do Imperador Dom Pedro I, aos 25 dias do mês de março de 1824, começou a nascer, de maneira breve e ampla, uma manifestação de educação preconizada no artigo 179, inciso XXXII, prevendo que: “A instrução primária é para todos os cidadãos”. Contudo,

[...] essa lei, infelizmente ficou só no papel. Havia uma grande discussão em todo o Império de como inserir as chamadas camadas inferiores (homens e mulheres pobres livres, negros e negras escravos, livres e libertos) nos processos de formação formais. (STRELHOW, 2010, p. 51).

Essa realidade, infausta, não saiu do papel e o “todo” que fora previsto, na verdade, não passava de uma minoria branca, livre e que votava, sendo considerada de cidadãos brasileiros, em um cenário de escravos, pretos e indígenas, que não tinham direito nenhum assegurado. Mas, foi essa Constituição que podemos considerar como o pontapé inicial para as próximas que o Brasil viria a construir, abrindo caminhos e preconizando a garantia de educação para todos, chegando aos jovens e adultos.

Comprazimento Paiva (1973), a primeira escola noturna destinada para alfabetizar os trabalhadores analfabetos, surgiu no ano de 1854 e se espalhou rapidamente. No ano 1874, existiam 117 escolas, com funcionalidade específica; citamos como exemplo: o Pará que tinha alfabetização para os indígenas, e o Maranhão destinada a instruir e esclarecer os colonos de seus direitos e deveres.

No dia 19 de abril do ano 1879, por meio do Decreto 7.247, de incumbência de Carlos Leôncio de Carvalho, que previa a reforma do ensino primário e secundário no município da corte e o superior em todo império, ficou aprovado no artigo 8º, inciso 4º que se poderia “Criar - ou auxiliar - nas províncias, cursos para o ensino primário dos adultos analfabetos”, mas malgrado, não obteve muitos avanços, ficando apenas registrado no papel.

A partir da eminente necessidade e demanda de certificar aqueles que desejavam ingressar no Ensino Superior e não tinham instrução suficiente para tal ingresso, foi então criado o **Curso Madureza**, o que vamos aqui chamar de “avô da EJA”. Segundo o dicionário *online* de Português, Madureza significa: “Efeito ou estado de maduro; sazonalidade, maturação”, ou seja, aquilo que está maduro por completo.

Este Exame foi criado e normalizado pela reforma de Benjamin Constant, por meio do Decreto 981/1890, que tinha como objetivo dar ao ensino secundário um caráter de formação terminativa e não somente de caráter preparatório para o ensino superior. Com a finalidade de promover a integração educacional no sistema de ensino brasileiro, Benjamin Constant buscava atribuir o caráter formativo ao ensino secundário:

Cumprindo os sete anos do curso integral, o aluno submeter-se-ia ao Exame de Madureza que tinha caráter de conclusão de curso e era pré-requisito para matrícula no curso superior. O Exame de Madureza se destinava a verificar se o aluno tinha cultura intelectual necessária. Para ele orientava-se todo o plano de estudos, sendo considerado centro e coroamento do processo educativo. (CASTRO, 1973, p.14 *apud* OLIVEIRA, 2017, p. 24).

Todavia, embora o Exame Madureza tivesse sido declarado: “para todos”, tomou um rumo diferente, sendo aplicado para a alta nata da sociedade, ou seja, para a elite, considerada intelectual

e que outrora não tinha a certificação do ensino secundário, talvez porque tivessem sido educados ou instruídos por professores particulares ou até mesmo pela própria família.

O decreto 981/1890, além de criar o Exame Madureza, instituiu normas para a sua aplicação no território brasileiro. No que tange ao artigo 36 do referido decreto, ficou explicitado que a população se submeteria ao exame e às disciplinas que o compunham:

O exame de madureza, a que só poderão ser admitidos, dentre os alumnos do Gymnasio, os aprovados em todos os exames finais referidos no artigo precedente, constará de provas escriptas e oraes sobre cada uma das secções seguintes:

- 1ª Linguas vivas, especialmente lingua portugueza e litteratura nacional;
- 2ª Linguas mortas;
- 3ª Mathematica e astronomia;
- 4ª Sciencias physicas e suas applicações: meteorologia, mineralogia e geologia;
- 5ª Biologia; zoologia e botanica;
- 6ª Sociologia e moral; noções de economia politica e direito patrio;
- 7ª Geographia e historia universal, especialmente do Brazil. (BRASIL, 1890).

Quanto à aprovação para o ingresso no curso superior, o Artigo 38, do Decreto 981/1.890 esclarece:

A aprovação no exame de madureza do Gymnasio Nacional dará direito á matricula em qualquer dos cursos superiores de caracter federal na Republica; ao candidato, que nelle obtiver pelo menos dous terços de notas - plenamente -, será conferido o titulo de Bacharel em sciencias e letras.

Paragrapho unico. Quando qualquer dos Estados da Republica houver organizado estabelecimentos de ensino secundario integral segundo o plano do Gymnasio Nacional, darão os seus exames de madureza os mesmos direitos a esta matricula nos cursos superiores. (BRASIL, 1890).

Os Exames de Madureza perduraram até o final da década de 1960, quando foram substituídos pelo Projeto Minerva e posteriormente pelo Exame Supletivo. Atualmente, utiliza-se como instrumento de certificação, o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA).

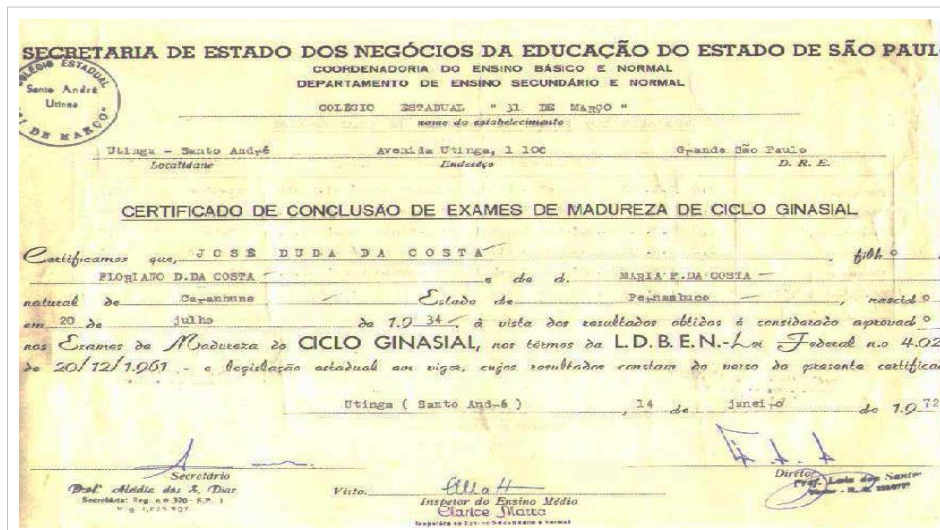
É importante salientar que o Exame de Madureza passou por inúmeras reformas, tais como: de Rivadavia Corrêa, em 1911, de Carlos Maximiliano, em 1915, as de Francisco Campos, em 1939 e as de Gustavo Capanema, no ano de 1942

Figura 1- Anúncio do Exame Madureza²



Fonte: Revista Eletrônica Quinzenal.

Figura 2- Certificado emitido pelo Exame Madureza



Fonte: Portal Hipermemo. Depoimento José Duda da Costa, 08 jul. 2004. Acervo IMES- Universidade de São Caetano do Sul.

No período da Primeira República, a Constituição de 1891 - a primeira da era republicana - pontuou a incumbência, tanto das províncias, quanto dos municípios, de assegurar e implantar a educação básica, tendo assim, a União, a responsabilidade maior com o ensino secundário e superior:

Mais uma vez garantiu-se a formação das elites em detrimento de uma educação para as amplas camadas sociais marginalizadas, quando novamente as decisões relativas à oferta de ensino elementar ficaram dependentes da fragilidade financeira das Províncias e dos interesses das oligarquias regionais que as controlavam politicamente. (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 109).

² Disponível em: <<http://www.anosdourados.blog.br/2011/05/imagens-velharia-curso-e-exame-de.html>>. Acesso em: 01 abr. 2020.

Todavia, no artigo 70, essa constituição negou que o *adulto analfabeto* tivesse o **direito ao voto**, mesmo sabendo-se que, infelizmente, era essa a condição da maioria da população do Brasil na época, que passava a ser vista como um mal, algo negativo, sofrendo grandes preconceitos e segregação social:

[...] a idéia central [...] é a de o adulto analfabeto é um ser marginal que não pode estar à corrente da vida nacional” “E associam-se a crença de que o adulto analfabeto é incapaz ou menos capaz que o indivíduo Alfabetizado. [...] (PAIVA, 1987, p.184).

Somente em meados do século XX, quando se contava com um imenso contingente de analfabetos, é que teve lugar uma maior preocupação voltada para a educação de jovens e adultos, e começaram a ser pensadas e colocadas em prática, campanhas de alfabetização destinadas a esse público, a fim de tentar amenizar e corrigir essa desigualdade social e garantir o acesso à escolarização para jovens e adultos, homens e mulheres, negros e brancos, sendo a educação compreendida e efetivada como um direito de todos.

Em meados de 1920 a 1930, a população e os educadores começaram a exigir maior atenção dos órgãos públicos e das políticas públicas para a EJA, criando um movimento que expressava a força da manifestação popular. Conforme Haddad; Di Pierro (2010, p.10), “os renovados da educação passam a exigir que o estado se responsabilize definitivamente pela oferta desses serviços”. Outro fato que merece ressalva é que, nesse momento, o Brasil dava início ao seu processo de industrialização e urbanização, aumentando assim, a preocupação para com a necessidade de alfabetizar e instrumentalizar a população para a sua imersão no mercado de trabalho.

Na Constituição Federativa dos Estados Unidos do Brasil, de 1934, há um dispositivo somente para tratar da educação e da cultura, Capítulo II, que apresenta em seu artigo 149 o texto a seguir:

A educação é direito de todos e deve ser ministrada pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no país, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana.

A partir dessa Constituição, a EJA ganhou destaque e passou a ser tratada de maneira mais sistematizada, devido à criação do Plano Nacional de Educação (PNE):

Parágrafo único - O plano nacional de educação constante de lei federal, nos termos dos art. 5º, nº XIV, e 39, nº 8, letras a e e, só se poderá renovar em prazos determinados, e obedecerá às seguintes normas: a) ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória extensivo aos adultos.

Mesmo que tenha havido significativos avanços, a partir da Constituição de 1934, com o início da sistematização da EJA, viabilizado pelo PNE, podemos compreender que o verdadeiro avanço dessa modalidade se deu através do II Congresso Nacional de Educação de Jovens e Adultos, que ocorreu no ano de 1958 e contou com a participação de Paulo Freire:

Em 1958, Juscelino Kubitschek de Oliveira, então presidente da república, convoca grupos de vários estados para relatarem suas experiências no “Congresso de Educação de Adultos”. Nesse congresso ganha destaque a experiência do grupo de Pernambuco liderado por Paulo Freire (GADOTTI, 2000 *apud* FRIEDRICH *et al.*, 2010, p.396).

Esse congresso despertou a atenção para que se tivesse um olhar mais crítico, com vistas à educação, como uma garantia, por direito, e para a preocupação com a responsabilidade social e política da educação - algo que não fora pensado até o presente. A EJA deve olhar muito além do mecanismo do ato de ler e escrever e ser uma educação significativa e consciente, conforme Freire:

A conscientização implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objetivo cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica. (FREIRE, 2001, p.30).

Destarte, o homem iletrado, oprimido, que tem os seus direitos e deveres negados, sendo muitas vezes culpabilizado pela condição em que se encontra, como se essa fosse sua escolha, começa a ganhar uma nova compreensão; descobre por meio da visão humana, solidária, libertadora, amorosa, crítica, ontológica, pragmática e política de Paulo Freire que também é um “fazedor de cultura” e que sua bagagem cultural será o cerne do processo de aprendizagem, onde haverá a partilha dos seus saberes e a construção de novos conhecimentos, capacitando-o para realizar uma “leitura de mundo de maneira crítica”, preparando-o para sua inserção social.

No ano de 1947, foi lançada a Campanha de Educação para Adolescentes e Adultos (CEAA), coordenada pelo Professor Lourenço Filho, para SANTOS (2020):

[...] é a primeira iniciativa, para alfabetização de jovens e adultos, atuando em duas vertentes: na zona urbana, tendo como objetivo preparar e qualificar para o trabalho e, concomitante, na zona rural, integrar o homem do campo com os imigrantes que chegavam ao Brasil. (SANTOS, 2020, p. 69).

Em 1952, instituiu-se a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), voltada exclusivamente para os moradores do campo e regulamentada por meio do Decreto nº 38.955, de 27 de março de 1956, na gestão do Presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira. Por meio do decreto nº 47.251 de 17 de novembro de 1959, ficou estabelecido que,

Art. 1º Ficam subordinadas ao Departamento Nacional de Educação, do Ministério da Educação e Cultura, como campanhas extraordinárias de educação, a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, a Campanha de Educação Rural e a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo. Parágrafo único. Os recursos orçamentários destinados a essas Campanhas são os consignados no Orçamento da República, ao Ministério da Educação e Cultura, respectivamente para os fins de educação de adolescentes e adultos analfabetos, de educação rural e de erradicação de analfabetismo. (BRASIL, 1959).

A Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), segundo o artigo 4º tinha como objetivos:

- a) o aperfeiçoamento e o desenvolvimento dos meios de educação das populações rurais; e
- b) a formação e a preparação pedagógica, em caráter de emergência, dos professores primários leigos das áreas rurais. (BRASIL, 1959).

E a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA), tinha como metas, de acordo com o artigo 5º

- a) o aperfeiçoamento e o desenvolvimento do ensino primário comum em áreas municipais pré-estabelecidas;
- b) a aplicação intensiva dos métodos e materiais utilizados pelas outras duas Campanhas nas mesmas áreas municipais pré-estabelecidas; e
- c) a verificação experimental da validade sócio-econômica dos métodos e processos de ensino primário, educação de base e educação rural, utilizados no Brasil, com vistas à determinação dos mais eficientes meios de erradicação do analfabetismo. (BRASIL, 1959).

Tais esforços não conseguiram solucionar o problema do analfabetismo no Brasil, que chegou à década de 1960 com 15,9 milhões de jovens e adultos (39,6% da população nessa faixa etária) analfabetos, segundo informações do Jornal Folha de São Paulo, 1995. Preocupado com a questão do analfabetismo, o Presidente da República Federativa do Brasil, João Goulart, buscou encontrar uma solução e, por meio do decreto de nº 51.470 de 22 de maio de 1962, instituiu a Mobilização Nacional Contra o Analfabetismo:

Art. 2º A Mobilização Contra o Analfabetismo terá como objetivo principal convocar todos os brasileiros que tiverem o privilégio de estudar, para cooperar na promoção de:

- I - escolarização de todas as crianças de sete e onze anos, mediante o provimento e a ampliação da rede escolar primária e o aprimoramento dos métodos de ensino

elementar, através de convênios com Estados, Municípios e entidades públicas ou privadas que se dediquem a tarefas da educação;
II - identificação de todos os jovens analfabetos, de 12 a 21 anos;
III - instalação e manutenção de cursos de alfabetização para jovens entre 12 e 21 anos;
IV - atendimento subsidiário na medida das possibilidades, da população adulta e mais de 21 anos. (BRASIL, 1962).

Ulterior Menezes (2001) afirma que, entre os anos de 1954 a 1964, surgiram vários movimentos de educação e cultura popular, embalados pela euforia das liberdades democráticas que faziam parte do contexto dos governos que antecederam o golpe político-militar de 1964, que foram substituídos pela campanha educativa Cruzada ABC (Ação Básica Cristã) para alfabetização de jovens e adultos levada a efeito de 1966 a 1970. Essa Campanha, promovida na ocasião pelo Ministério da Educação (MEC) teve uma repercussão bastante expressiva e foi considerada como uma das iniciativas mais bem sucedidas já registrada nos anais das políticas públicas governamentais em favor da alfabetização de jovens e adultos, no então período:

Segundo estudiosos, sua tarefa, alimentada pela motivação política dos setores sociais que apoiaram o movimento golpista de 64, era neutralizar as idéias difundidas pelas campanhas anteriores, principalmente em relação àquelas inspiradas nas orientações do pensamento marxista. (MENEZES, 2001, p. on-line).

O MOBREAL substituiu a Cruzada ABC (Ação Básica Cristã) e se manteve ativo até o ano de 1985. Em meio a esse cenário, o nome de Paulo Freire começava a ganhar destaque, sendo, em 1963, convidado a realizar um projeto de alfabetização para pessoas jovens e adultas, na cidade de Angicos, Rio Grande do Norte. Em apenas 45 dias, foram alfabetizadas cerca de 350 pessoas - cortadores de cana de açúcar - sem a utilização de cartilhas, tendo o ponto de partida a própria vivência dos sujeitos. Foi uma grande revolução na área pedagógica, e parecia que o analfabetismo teria os seus dias contados.

Freire foi convidado pelo então Presidente João Goulart para criar o Plano Nacional de Alfabetização, que previa a criação de 20.000 círculos de cultura espalhados por todo o Brasil. Mas, infelizmente, em 31 de março do ano de 1964, em meio a tantas expectativas, ocorreu o Golpe Militar e se instalou no país um período ditatorial, que perdurou até 1985. Paulo Freire foi exilado, por ser considerado subversivo e mesmo uma ameaça, e foi nessa ocasião que nasceu um novo Programa de Alfabetização para Adultos: o Movimento Brasileiro de Alfabetização, ou simplesmente MOBREAL, oficializado pela lei 5.379 de 15 de dezembro de 1967, que tinha como meta alfabetizar funcionalmente, para dar oportunidade ao indivíduo, de ingressar no mercado de trabalho que necessitava de mão-de-obra qualificada para atender à demanda das indústrias do ramo automobilístico que estavam se instalando no país.

Em 1970, antes da implantação do Movimento Brasileiro de Alfabetização, o seu Presidente, senhor Mário Henrique Simonsen declarou: “*Até o final da década de 70 não haverá mais analfabetos no Brasil, pelo menos na faixa até 35 anos de idade*” (Jornal O Estado de São Paulo 08/09/2010), porém, apesar de ter sido oficializado no ano de 1967, o MOBRAL só começou a receber investimentos três anos depois para sua implantação e desenvolvimento, por meio da Campanha “*Você também é responsável*” que tinha como objetivo convidar e estimular a população brasileira a abraçar o novo projeto de combate ao analfabetismo,

O governo prometia, com alarde, promover o chamado milagre brasileiro, varrendo o analfabetismo do País em apenas dez anos. O Brasil tinha, em 1970, mais de 18 milhões de adultos analfabetos, o que representava 33,6% da população com mais de 15 anos. (Jornal O Estado de São Paulo, 08/09/2010, p. on-line).

Destarte, pretendia-se estender e envolver toda a população brasileira, de todos os Estados e localidades nessa árdua tarefa, quer fosse na seleção e recrutamento dos professores, ou na construção de salas de aula, captação de alunos e distribuição de materiais escolares; foram convidados a trabalhar voluntariamente para a instituição, alfabetizadores, monitores e supervisores. Estima-se que, no primeiro ano de funcionamento, o MOBRAL teve sete milhões de alunos matriculados, totalizando 38% dos analfabetos do País.

Para fazer sua parte, vociferava a população, tendo como pano de fundo uma canção da dupla de cantores: Dom e Ravel, com a música: “*Você também é Responsável*”:

*Eu venho de campos, subúrbios e vilas,
Sonhando e cantando, chorando nas filas,
Seguindo a corrente sem participar,
Me falta a semente do ler e contar*

*Eu sou brasileiro anseio um lugar,
Suplico que parem, prá ouvir meu cantar*

*Você também é responsável,
Então me ensine a escrever,
Eu tenho a minha mão domável,
Eu sinto a sede do saber*

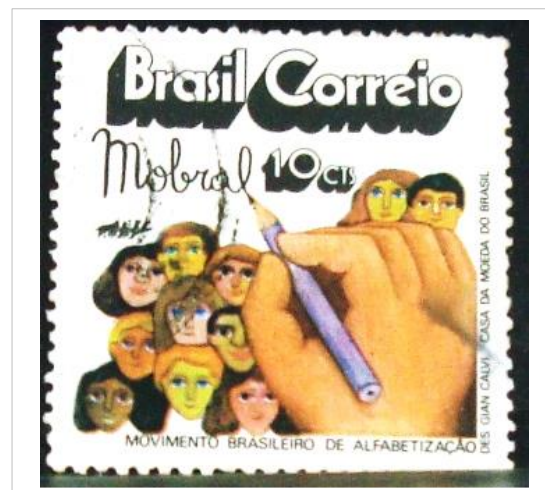
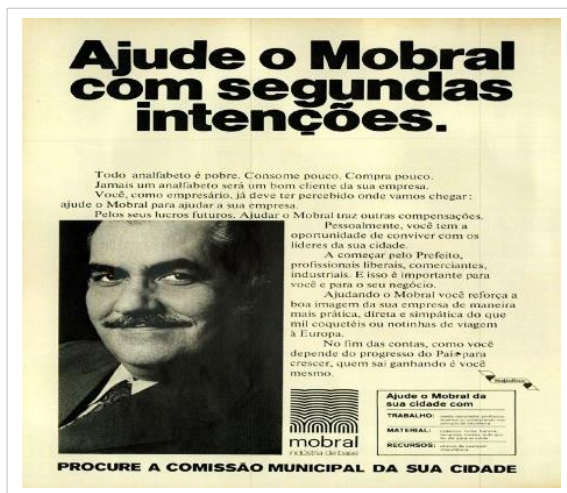
*Eu venho de campos, tão ricos tão lindos,
Cantando e chamando, são todos bem vindos
A nação merece maior dimensão,
Marchemos prá luta, de lápis na mão*

*Eu sou brasileiro, anseio um lugar,
Suplico que parem, prá ouvir meu cantar*

Tinha-se a ideia “fajuta”, de que o MOBRAL era baseado na proposta de Paulo Freire, sendo até usadas palavras geradoras, figuras e cartazes elucidativos, mas, ao mesmo tempo, não se permitia e até se censurava o ato da criticidade e da dialogicidade e o material disponibilizado muitas vezes não se coadunava com a realidade vivida pelo educando.

Os alunos eram vistos apenas como meros receptores do conhecimento dos seus professores, limitando-se ao ato mecânico de ler, escrever e contar, e se não conseguissem alcançar esses objetivos eram responsabilizados por isso. De acordo com a concepção dos governantes da época, o cidadão só precisaria obter o certificado de alfabetizado pelo MOBRAL e tirar sua carteira do INPS para ter o futuro assegurado.

Quadro 1- Propagandas do Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL



continua

Quadro 1- Propagandas do Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL(cont.)



Fonte: Elaboração pelo autor, com imagens extraídas da Internet.

O homem iletrado era discriminado, marginalizado, culpabilizado e mal visto pela condição de ser analfabeto. Nessa perspectiva, discorre Paiva sobre os preconceitos difundidos pela Cruzada Nacional do Analfabetismo:

Por exemplo, a cruzada só na década de 50 (após mais de 25 anos de atividade) reconhece publicamente o “perigo dos semi-letrados”. Sua larga sobrevivência em torno de uma concepção “filantrópica” e “humanitarista” da educação, apoiada numa visão deformada da realidade social, na qual a educação aparece como causa de todos os problemas, demonstra o quanto suas posições teóricas encontravam eco nos setores que a promoviam e o quanto estava difundido (e as campanhas ajudaram a fortalecer) o preconceito contra o analfabeto (PAIVA, 1987, p. 121).

As ideias de Paulo Freire iam na contra mão dessa lógica e tão preconceituosa visão e encarava os homens como seres culturais, produtores de cultura, saberes e conhecimentos.

Figura 3- Certificado emitido para alfabetizadores funcionais do MOBRAL



Fonte: Imagem retirada da internet.

Alguns especialistas afirmam que o MOBRAL foi um projeto que custou muito caro para os cofres públicos, e não deu resultados expressivos, sendo até alvo de uma CPI no ano de 1975 e,

Se transformou num dos maiores fracassos da história do Brasil. Diplomou apenas 15 milhões dos 40 milhões de brasileiros que passaram pelas suas salas, diminuindo em apenas 2,7% o índice de analfabetismo no País. (Jornal O Estado de São Paulo, 08/09/2010, p. on-line).

E, ainda, salientamos que,

Uma das causas do fracasso do MOBRAL no seu trabalho de alfabetização do jovem e do adulto brasileiros está relacionada aos recursos humanos: o despreparo dos monitores a quem era entregue a tarefa de alfabetizar. Tratava - se de pessoas não capacitadas para o trabalho em educação, que recebiam um “cursinho” de treinamento de como aplicar o material didático fornecido pelo MOBRAL e ensinavam apenas a mecânica da escrita e da leitura, portanto, não alfabetizaram. (SAUNER, 2002, p.59).

Também foi criado, por meio da Lei de Diretrizes e Bases 5.692/1971, o ensino Supletivo, que

[...] visou se constituir em "uma nova concepção de escola", em uma "nova linha de escolarização não-formal, pela primeira vez assim entendida no Brasil e sistematizada em capítulo especial de uma lei de diretrizes nacionais", e, segundo Valnir Chagas, poderia modernizar o Ensino Regular por seu exemplo demonstrativo e pela interpenetração esperada entre os dois sistemas (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 116).

O Ensino Supletivo se propunha, ainda, recuperar o atraso, reciclar o presente, formando uma mão-de-obra que contribuísse com o esforço para o desenvolvimento nacional, através de um novo modelo de escola. (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 117).

No dia 25 de novembro de 1985, o então Presidente da República José Sarney extinguiu o MOBRAL e as atividades foram passadas para a Fundação EDUCAR, não cumprindo, assim, com o seu compromisso de “erradicar o analfabetismo”, ora sendo tratado como uma chaga, um mal irremediável.

Com o fim da Ditadura Militar (1985), foi promulgada no ano de 1988 a Constituição Cidadã do Brasil, quando se reestruturou e reconstruiu a democracia. A Constituição Federal Brasileira trouxe princípios de que toda e qualquer educação visa o pleno desenvolvimento do sujeito, seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho. Em seu artigo 205, a C.F. 1988 declara que a educação é “direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

Em 1989, foi eleita Luiza Erundina como Prefeita da Cidade de São Paulo, e Paulo Freire, como já havia regressado do exílio foi convidado para ser Secretário Municipal de Educação. Nasceu então, o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos – MOVA, tendo como objetivo propiciar uma alfabetização político-reflexiva, conscientizadora, de enfrentamento as desigualdades e injustiças sociais.

No ano de 1990, o Presidente Fernando Collor de Mello lançou o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), “que tinha como objetivo reduzir 70% do número de analfabetos do país em cinco anos, o que, em termos quantitativos chegava a 17.762.629 em 1990”. (FRIEDRICH *et al.*, 2010, p. 399). O decreto nº 99.519, de 11 de setembro de 1990 instituiu a Comissão do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania que estabeleceu as finalidades do PNAC. Tinha como metas:

- ampliar a taxa de escolarização das crianças de 7 a 14 anos, garantindo oferta de vagas nas instituições escolares a 100% dessa população: isso significa incorporar 4,5 milhões de crianças atualmente fora da escola.
- ampliar a taxa de alfabetização de jovens e adultos analfabetos, de 15 anos e mais, assegurando-lhes progressivamente a escolarização no ensino fundamental. (Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania Marcos de Referência, 1990, pp. 35-36).

A década de 1990 foi marcada pelo período de transição da nomenclatura do Ensino Supletivo para Educação de Jovens e Adultos,

A mudança de ensino supletivo para educação de jovens e adultos não é uma mera atualização vocabular. Houve um alargamento do conceito ao mudar a expressão de ensino para educação. Enquanto o termo “ensino” se restringe à mera instrução, o termo “educação” é muito mais amplo compreendendo os diversos processos de formação. (SOARES, 2002, p. 12).

Aos 20 dias do mês de dezembro do ano de 1996, foi promulgada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e a EJA, que durante séculos lutou e relutou para garantir o direito do analfabeto, sua escolarização e que também é sinônimo de empenho e bravura das inúmeras frentes que se levantaram a seu favor, como Movimentos Sociais, Sindicais e Religiosos da Sociedade Civil para ser reconhecida e ter voz e vez, passou a ser uma Modalidade de Ensino assegurada no artigo 37,

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida. (Redação dada pela Lei nº 13.632, de 2018).

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008).

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA, essa modalidade deve desempenhar três funções:

Função reparadora: não se refere apenas à entrada dos jovens e adultos no âmbito dos direitos civis, pela restauração de um direito a eles negado – o direito a uma escola de qualidade –, mas também ao reconhecimento da igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano de ter acesso a um bem real, social e simbolicamente importante. Mas não se pode confundir a noção de reparação com a de suprimento. Para tanto, é indispensável um modelo educacional que crie situações pedagógicas satisfatórias para atender às necessidades de aprendizagem específicas de alunos jovens e adultos.

Função equalizadora: relaciona-se à igualdade de oportunidades, que possibilite oferecer aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e nos canais de participação. A equidade é a forma pela qual os bens sociais são distribuídos tendo em vista maior igualdade, dentro de situações específicas. Nessa linha, a EJA representa uma possibilidade de efetivar um caminho de desenvolvimento a todas as pessoas, de todas as idades, permitindo que jovens e adultos atualizem seus conhecimentos, mostrem habilidades, troquem experiências e tenham acesso a novas formas de trabalho e cultura.

Função qualificadora: refere-se à educação permanente, com base no caráter incompleto do ser humano, cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não-escolares. Mais que uma função, é o próprio sentido da educação de jovens e adultos. (BRASIL, 2000).

Preambular, a educação de Jovens e Adultos assume um papel importantíssimo na vida daqueles que não tiveram a oportunidade de se escolarizar e almejam sua transformação e inserção social, buscando uma melhor qualidade de vida, qualificação profissional e a garantia dos seus direitos.

A EJA deve valorizar o indivíduo, bem como sua bagagem cultural e suas peculiaridades no processo ensino e aprendizagem. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos (Parecer CNE/CEB 11/2000 e Resolução CNE/CEB 1/2000) devem ser observadas, na oferta e estrutura dos componentes curriculares dessa modalidade de ensino:

Como modalidade destas etapas da Educação Básica, a identidade própria da Educação de Jovens e Adultos considerará as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio.

Isso significa que a EJA deve ter caráter próprio e construir a sua identidade no que diz respeito a uma aprendizagem significativa, transformadora, reparadora, conscientizadora, emancipadora e libertadora, partindo da realidade e da subjetividade de cada educando e deve elaborar propostas e/ou planos pedagógicos a partir dessa realidade, vindo contemplar, assim, esses indivíduos, e garantir a sua inserção social.

Os profissionais que trabalham com a EJA devem ter uma postura crítica, questionadora, pesquisadora e uma argumentação sólida, que venha a despertar e estimular nos seus educandos essas competências e habilidades de forma eficiente e eficaz, utilizando metodologias e abordagens educacionais que valorizem os saberes prévios desses sujeitos e que tenham relação com o seu cotidiano.

O Estado tem o dever de proporcionar e fomentar projetos de educação voltados para esse público, de maneira que contemplem aqueles que não tiveram a oportunidade de se escolarizar na idade própria, oferecendo-lhes uma melhor condição de vida, promovendo sua inserção na sociedade, por meio de um processo educacional humanizado.

Em 1997, foi criado o Programa de Alfabetização Solidária (PAS), na gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso e, no ano de 2003, o Programa Brasil Alfabetizado, gestão do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Não podemos deixar de registrar os inúmeros esforços das Organizações Sociais, Coletivos e Grupos Educacionais que se dedicam a essa causa e tentam manter a EJA como uma Política de Estado e que ganhe maior visibilidade e investimento por meio de seus governantes, já que continua tão desprestigiada, sendo até mesmo massa de manobra para políticos que querem levar vantagem e fazem promessas falsas e enganosas, que oprimem e ditam, com muita astúcia, suas ideologias pouco ortodoxas, não importando a qualidade do que propõem, mas sim o lucro que poderão obter, ou seja, o *voto* para se manterem no poder e continuar lucrando em cima de uma classe trabalhadora que muito necessita, batalha e almeja por melhores condições de vida.

Como podemos observar, está preconizado na Constituição o direito à educação, porém para que essa educação seja emancipatória e libertadora há que se ter o cuidado com a qualidade do ensino e com o acesso e a permanência do indivíduo no mundo da escrita e da leitura. A alfabetização pode proporcionar ao sujeito uma leitura questionadora do mundo habilitando-o a mover processos de transformação da realidade, tornando-o autônomo e consciente dos seus atos.

2.2 Alfabetização pelo rádio: os primeiros indícios da educação a distância.

Roquette Pinto³, sem sombra de dúvida foi e é considerado o pai das rádios com cunho educativo no Brasil. Em 1923, junto com Henrique Morize, criou a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro.

No ano de 1936, tornava-se oficial a educação via rádio. Roquette Pinto doou, então, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro para o Ministério da Educação e Cultura (MEC), sendo assim fundado o Sistema de Rádios Educativas do Brasil.

Em meados da década de 1940 foi criado o Projeto Ribas da Costa, cuja principal meta era a alfabetização de adultos e contava com o auxílio de monitores voluntários com o mínimo de conhecimento, que tinham a função de auxiliar os professores-locutores. Em 1957, este pode ser considerado o pioneiro da Organização do Sistema de Rádio Educativo Nacional- SIRENA, mas foi extinto no ano de 1963.

É perceptível que o rádio foi utilizado no processo de alfabetização devido a sua influência nos meios sociais e a maneira como pode manipular as informações, que são transmitidas de maneira imediata, instantânea, sem que para isso, os seus locutores e ouvintes precisem locomover-se.

Em meio a tantos movimentos criados para erradicar o analfabetismo no Brasil, encontramos o MEB- Movimento de Educação de Base, em 1961, por Dom Eugênio Sales (1920-2012) e levado a efeito pelas escolas radiofônicas paroquiais, sob a incumbência e supervisão da CNBB- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - suas atividades tiveram participação de forma efetiva nas regiões: nordeste, norte e centro-oeste. Ele tinha como objetivo e finalidade, por meio de suas programações instigantes, a alfabetização escolar, ou seja, a educação de base, atuando de forma significativa, capaz de levar o indivíduo a tornar-se uma pessoa crítica, pesquisadora e

³ Roquette-Pinto, (Edgar R.-P.), médico legista, professor, antropólogo, etnólogo e ensaísta, nasceu no RJ, em 25/09/1884, e faleceu na mesma cidade em 18/10/1954. Fez o curso de humanidades no Externato Aquino. Ingressou, em seguida, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Fundou, em 1923, na Academia Brasileira de Ciências, a Rádio Sociedade do RJ. Em 1912 fez parte da Missão Rondon e passou várias semanas em contato com os índios nambiquaras que até então não tinham contato com os civilizados. De volta trouxe para o Museu Nacional vasto material etnográfico; publicou, em 1917, o livro **Rondônia, Antropologia etnográfica**, clássico da antropologia brasileira. Nesse campo de estudos, publicou **Ensaio de Antropologia Brasileira** (1933) e **Estudos Brasileiros** (1941). Diretor do Museu Nacional de 1915 a 1936, realizou amplo trabalho de divulgação científica e produziu grande coleção de filmes científicos. Em 1932, fundou a Revista Nacional de Educação; fundou e dirigiu, no MEC, o Instituto Nacional do Cinema Educativo e fundou o Serviço de Censura Cinematográfica. Em 1940 foi eleito diretor do Instituto Indigenista Americano do México. Era membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Academia Brasileira de Ciências, da Sociedade de Geografia, da Academia Nacional de Medicina e de inúmeras outras associações culturais, nacionais e estrangeiras. (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2021).

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Biografia Roquette-Pinto**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: [https://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm%3Fsid%3D198/biografia#:~:text=Roquette%2DPinto%20\(Edgar%20R.,Josefina%20Roquette%20Carneiro%20de%20Mendon%C3%A7a.>](https://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm%3Fsid%3D198/biografia#:~:text=Roquette%2DPinto%20(Edgar%20R.,Josefina%20Roquette%20Carneiro%20de%20Mendon%C3%A7a.>.). Acesso em: 16 jan. 2021.

questionadora. Salienta-se que o MEB contribuiu para a educação a distância, não formal. Infelizmente, com a instalação do período ditatorial, as suas atividades tiveram que ser modificadas. Esse movimento só teve continuidade, graças ao seu forte vínculo com a CNBB.

Na década de 1970, com o pleno domínio da ditadura militar, foi criado o Projeto Minerva, com o objetivo de atender e contemplar os interesses dos militares - os mesmos utilizavam a TV e o rádio em suas propagandas de Ensino à Distância. Sendo assim, este era um sistema educativo para educação das massas, que utilizava métodos e instrumentos não convencionais: “Como tudo era controlado, o governo determinou horários obrigatórios para a transmissão de programas educativos. Isto era uma realidade voltada “apenas a instrumentalizar o indivíduo para o trabalho, sem refletir criticamente sobre a realidade.” (FERRARETTO, 2001, p. 162).

Segundo Andrelo e Mantovani (17/01/2012, *on-line*) o curso “Era transmitido em rede nacional por várias emissoras de rádio e de televisão visando a Capacitação Ginásial e Madureza Ginásial (preparação de candidatos que desejavam se submeter aos exames supletivos e não tinham condições de frequentar ou pagar um curso preparatório)”:

O Projeto Minerva, segundo Pavan (2001), possuía um cunho informativo-cultural e educativo com uma produção regionalizada, concentrada no eixo Sul-Sudeste, e uma distribuição centralizada. O programa acabou não conquistando a população, que o chamava de “Projeto Me Enerva”. Isso contribuiu para fortalecer a imagem, segundo Pavan, de que o rádio educativo é chato e cansativo (BURINI, 2005, p. 68).

O Projeto Minerva foi implantado em curto prazo, como uma solução imediatista, a fim de solucionar a problemática do grande índice de analfabetismo no Brasil, visando a preparação do indivíduo para o mercado de trabalho e a qualificação da mão-de-obra.

3 REFLEXÕES FINAIS

A trajetória da EJA no Brasil foi e continua sendo uma questão muito delicada, que enfrentou e enfrenta inúmeras dificuldades para sua aplicabilidade, passando por anos, décadas, séculos, diversas gerações, povos e sociedades diferentes, mas a problemática sempre foi a mesma: a falta de interesse e investimento por parte dos governos para solucionar tais questões.

Paulo Freire, em sua obra **Ação Cultural** (1981), nos diz que: numa visão astuta e ao mesmo tempo ingênua, daqueles que se encontram no poder, o analfabetismo é encarado como uma erva daninha, daí gerando a velha e tão usada expressão “erradicação do analfabetismo”, ora como uma enfermidade que se espalha entre os demais e ora como uma chaga que precisa ser remediada, e até mesmo devesse ser transferida e atribuída a culpa disso àqueles e aquelas que não tiveram a

oportunidade de escolarizar-se, de tal sorte, que não responsabiliza e nem incumbe aqueles que se encontram no poder. Por outro lado, em uma visão crítica, todos esses problemas [cor]relacionados ao analfabetismo não se constituem numa erva daninha, nem enfermidade, nem chaga, ou tampouco um problema de ordem metodológica, linguística e/ou pedagógica, mas sim de caráter eminentemente político, pela sua total ausência e ineficiência na construção de ações que busquem solucioná-lo.

Como podemos ver ao longo deste estudo, foram criadas inúmeras Campanhas e ações objetivando acabar com o analfabetismo no País. Todavia, as mesmas não obtiveram resultados expressivos e nem tampouco atingiram as metas estabelecidas, vindo a fracassar.

O problema do analfabetismo precisa ser solucionado por meio de ações concretas, significativas e eficientes, que venham ao encontro da real necessidade do sujeito que ocupa os bancos escolares e almeja melhores condições de vida, com vistas à sua inserção na sociedade para exercer e desempenhar o seu papel de cidadão, gozando dos direitos que lhes são inerentes e compreendendo seus deveres. Essas decisões não podem ser desenvolvidas por meio de uma educação funcional, mecanizada e engessada, que acaba por “não funcionar”, pois a alfabetização, numa perspectiva libertadora e emancipadora está alicerçada à ação-reflexão, de caráter eminentemente político-pedagógico-ético, visando a construção e desenvolvimento das capacidades do indivíduo para que compreenda e saiba interpretar o mundo em suas inúmeras manifestações e paradigmas.

Não basta apenas juntar letras, codificar e decodificar, mas também compreender o seu sentido para, enfim, encontrar o real significado da sua vida em sociedade. Na visão de Paulo Freire a educação,

[...] não poderia ser vista apenas como ferramenta para a transmissão de conhecimentos e reprodução das relações de poder, mas sim como um ato político de libertação e emancipação das pessoas. Enxergava na relação pedagógica uma ação política. Pois compreender o saber como mera transmissão ou como criação e recriação humana; tratar o educando como sujeito ou objeto do processo, faz uma grande diferença na vida das pessoas. (PEREIRA, 2006, p. 52).

A educação libertadora reconhece os indivíduos como seres “fazedores e produtores de cultura”, que implicam diretamente na construção da sociedade, que por muitas vezes lhes nega os seus direitos. A EJA é a concretização e validação do sonho de milhões e milhões de brasileiros, que um dia lutaram e lutam pela construção de um país mais justo, igualitário, aonde todos tenham uma educação de qualidade, o direito à voz e à vez, partilhando e construindo novos saberes, e a alfabetização seja conscientizadora, um ato peremptório, de caráter transformador para que se

superem as desigualdades e injustiças sociais, rompendo com um sistema educacional mecânico, egocêntrico e capitalista que por muitas vezes visa o desmonte da educação, almejando assim a dominação e domesticação em massa, fazendo dos indivíduos escravos de suas ideologias, impossibilitando-lhes a prática da dialogicidade, como críticos de sua própria existência.

REFERÊNCIAS

- ANDRELO, R.; MANTOVANI, T. M.M. **O rádio na educação à distância**. Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/diretorio-academico/ed677-o-radio-na-educacao-a-distancia/>. Acesso em: 20 mar. 2021.
- BARRETO, S. N. **O processo de alfabetização na MOVA RS: narrativas e significados na vida de mulheres**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Fundação Universidade de Rio Grande, Rio Grande, 2005.
- BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 05 de julho de 2000. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2021.
- BRASIL. **Constituição Brasileira de 1824**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 20 jan. 2021.
- BRASIL. **Lei de 15 de outubro de 1827**. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html. Acesso em: 22 jan. 2021.
- BRASIL. **Decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-981-8-novembro-1890-515376-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 jan. 2021.
- BRASIL. **Constituição da República dos Estados do Brasil de 1891**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.html. Acesso em: 22 jan. 2021.
- BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934). **Diário Oficial da União**. 16 jul. 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm. Acesso em 22 jan. 2021.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília**, D.F. 05 out. 1988 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em 22 jan. 2021.
- BRASIL. **Decreto nº 51.470, de 22 de maio de 1962**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-51470-22-maio-1962-391117-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 mar. 2021.
- BRASIL. **Decreto nº 47.251, de 17 de novembro de 1959**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-47251-17-novembro-1959-386350-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 mar. 2021.
- BRASIL. **Lei De Diretrizes e Bases da Educação. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Disponível em: www.camara.leg.br. Acesso em: 22 jan. 2021.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília**, D.F. 23 dez. 1996. Art. 37. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm Acesso em 27 fev. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 38.955, de 27 de março de 1956**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-38955-27-marco-1956-327902-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 22 mar. 2021.

BRASIL. **Programa Brasil Alfabetizado**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-brasil-alfabetizado>. Acesso em 22 mar. 2021.

BRASIL. Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879. **Reforma o ensino primário e secundário no município da Côrte e o superior em todo o Imperio**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>. Acesso em: 22 mar. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 99.519, de 11 de Setembro de 1990**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99519.htm. Acesso em: 20 mar. 2021

BURINI, D. **Educação para adultos e democracia**: um estudo do rádio como mediador nas experiências educativas no Brasil. In: FACOM, n. 15, 2 sem. 2005. Disponível em: http://www.fAAP.br/revista_faap/revista_facom/facom_15/_debora_burini.pdf. Acesso em: 10 jan. 2021.

FERRARETTO, L. A. **Rádio: o veículo, a história e a técnica**. 2ª ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2001.

FREIRE, P. **Ação Cultural para a Liberdade e outros Escritos**. 9.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

FRIEDRICH, M. *et al.* **Trajetórias da Escolarização de Jovens e Adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas esvaziadas**. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362010000200011. Acesso em: 10 jan. 2021.

HADDAD, S., DI PIERRO, M. C. **Escolarização de jovens e adultos**. *Revista Brasileira de Educação*, n. 14, maio/ago. 2000. p.108-194.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. **Analfabetismo no Brasil: o que há de novo?** São Paulo, 1995. Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/9/08/opinia0/10.html#:~:text=H%C3%A1%20uma%20tend%C3%A2ncia%20hist%C3%B3rica%20de,%2C7%20mil%C3%B5es%20\(25%25\)](https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/9/08/opinia0/10.html#:~:text=H%C3%A1%20uma%20tend%C3%A2ncia%20hist%C3%B3rica%20de,%2C7%20mil%C3%B5es%20(25%25)). Acesso em: 22 mar. 2021.

JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. **Mobral, fracasso do Brasil grande**. 08 set. 2010. [online]. Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,mobral-fracasso-do-brasil-grande-imp-,606613>. Acesso em: 30 mar. 2021.

MENEZES, E.T. Verbete Cruzada ABC. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <https://www.educabrasil.com.br/cruzada-abc/>. Acesso em 21 mar. 2021.

OLIVEIRA. K. R. V. **Exames de Madureza em Mato Grosso: 1930 – 1970**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal De Mato Grosso Instituto De Educação Programa De Pós-Graduação Em Educação. Disponível em: <http://www1.ufmt.br/ufmt/unidade/userfiles/publicacoes/07e7246456293fad22910bbb235b2af1.pdf> . 11 jan. 2021.

PAIVA, V. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Loyola 1973. v. 1. (Temas Brasileiros, 2).

PAIVA, V. **Educação de popular e educação de adultos**. São Paulo, Edições Loyola, 1987.

PEREIRA, D.F.F. **Revisitar Paulo Freire: Uma Possibilidade de Reencarnar a Educação**. Tese de Doutorado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

PROGRAMA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO MARCOS DE REFERÊNCIA. Brasília, 1990. Disponível em:

<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000684.pdf#:~:text=O%20Programa%20Nacional%20de%20Alfabetiza%C3%A7%C3%A3o%20e%20Cidadania%2C%20que%20resultar%C3%A1%20do,e%20%C3%A0%20erradica%C3%A7%C3%A3o%20do%20analfabetismo>. Acesso em: 22 mar. 2021.

SANTOS, J.A.T. **Os caminhos que contribuíram para a queda do analfabetismo no Brasil**. COGITARE, v. 3, n. 2, nov. 2020, p. 67-85. Disponível em:

<https://ojs.ifsp.edu.br/index.php/cogitare/article/view/1524>. Acesso em 20 mar. 2021.

SAUNER, N. F.M. **Alfabetização de Adultos**. Curitiba: 1º ed. Juruá, 2002.

STRELHOW, T. B. **Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.38, p. 49-59, jun. 2010. Disponível em:

http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/38/art05_38.pdf. Acesso em 20 jan. 2021.

SOARES, L. J. G. **Educação de jovens e adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.